
Re: Ciência Decisão RMA - Mês: agosto/2017.

1 mensagem

Marcelo Rodrigues Leiriao <marceloleiriao@dp.mt.gov.br>
Para: Corregedoria Geral <corregedoria@dp.mt.gov.br>

23 de novembro de 2017 13:29

A Ex. Dra. Segunda Subcorregedora-Geral,

HELYODORA CAROLYNE ALMEIDA ROTINI

Defensora Pública do Estado

Ao tempo em que apresento os meus cumprimentos, em atenção a decisão nº 842/2017/HCAE/SSCG-CGDP/MT proferida no procedimento nº 577370/2017, faço uso do presente expediente para esclarecer que o relatório de atividades mensal referente ao mês de agosto foi enviado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, uma vez que no dia 05/09/2017 às 15h29 (documento em anexo) foi enviado o relatório, entretanto, foi orientado o novo envio já no novo modelo de relatório, o qual foi devidamente realizado em 16/10/2017 (documento em anexo).

Na oportunidade, certo da proverbial atenção de Vossa Senhoria, apresento-lhe protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MARCELO RODRIGUES LEIRIÃO

Defensor Público do Estado

Em 22 de novembro de 2017 17:16, Corregedoria Geral <corregedoria@dp.mt.gov.br> escreveu:

Procedimento n. 577370/2017

Interessado(a): DP – Marcelo Rodrigues Leirião.

Referente: Relatório de Atividades – Agosto/2017.

Decisão n. 842/2017/HCAR/SSCG-CGDP/MT:

Trata-se de relatório das atividades desenvolvidas no mês de **Agosto/2017**, pelo(a) ilustre Defensor(a) Público(a) - **Dr(a). Marcelo Rodrigues Leirião**, nos termos do art. 33, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 146/2003.

Em consonância com a determinação do Conselho Superior e da Lei Complementar 146/03, em seu artigo 109, inciso IX, o(a) Defensor(a) Público(a) apresentou dados estatísticos em formulário próprio e em tempo hábil.

Apresenta o(a) douto (a) Membro no ofício de encaminhamento acompanhando o referido relatório de atividades as justificativas a serem assentadas por esta Corregedoria-Geral.

I – Do prazo de entrega de referido relatório.

Com relação ao **prazo da entrega**, no qual a lei determinada que seja **até o 5º dia útil de cada mês**, verifico que fora enviado referido relatório somente no dia **16 outubro de 2017**, quando o 5º dia útil do seria no **dia 08 de outubro de 2017**, não havendo no ofício qualquer justificativa quanto ao prazo.

Diante do ocorrido, do atraso do envio dos relatórios referentes ao mês, compete-nos, como órgão censor e ORIENTADOR, aclará-lo(a) e rememorá-lo(a) que o dever funcional constante no artigo 109, inciso IX, da LCE 146/03, que assim reza: **“Art. 109. São deveres do membro da Defensoria Pública: IX – encaminhar à Corregedoria-Geral, até o quinto dia útil do mês, relatório das atividades desenvolvidas no mês anterior para aferição da eficiência, zelo e presteza no desempenho de suas atribuições”**, até mesmo para evitar-se notificações futuras.

Referidos deveres funcionais devem ser observados com frequência e rigor pelos Membros da Instituição de modo que, senão, poderão **obstaculizar a este Órgão Defensoria Pública do Estado, de apresentar os dados estatísticos reais das atividades desenvolvidas pela Instituição, e que legitima a formulação de políticas públicas pela Defensoria Pública-Geral.**

De postremo, **nos termos do artigo 24 e 26, inciso I e IV, da Lei Complementar 146/03, bem como artigo 105, incisos XI e XII, da Lei Complementar 080/94, e, ainda, artigo 5º, incisos IV, XII, XVII e XXIV, oriento o(a) douto(a) Defensor(a) Público(a) à observância do artigo 109, inciso IX, da LCE 164/03.**

II – Conclusão.

Posto isto, nos termos do **artigo 26, IV, da Lei Complementar 146/2003, bem como artigo 5º, inciso IV, do RICGDP-MT**, examinando as informações destes autos, quanto à produção nas manifestações em peças processuais e demais atividades que lhe são conferidas no exercício de suas atribuições, denoto que este se mostra **compatível** com suas obrigações, concluindo que a atuação do(a) r. Defensor(a) Público(a)

consigna sua capacidade técnica e seu desempenho funcional, bem como, **ORIENTANDO-O(A)** quanto à **observância do prazo de entrega do relatório de atividades até o quinto dia útil do mês**, nos moldes do que determina o **artigo 109, inciso IX, da LCE 164/03**, e, na impossibilidade, de apresentação de justificativa à **CGDP/MT** quando do envio do RMA a este órgão.

Cientifique-se.

Após, archive-se como de praxe.

Cuiabá-MT, 09 de novembro de 2017.

HELÝODORA CAROLÝNE ALMEIDA ROTINI

Segunda Subcorregedora-Geral



Envio do relatório de agosto.pdf

745K